

## EDUCAÇÃO MIDIÁTICA COMO DIREITO DE TODOS NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

*LA EDUCACIÓN EN MEDIOS COMO DERECHO DE TODOS EN EL COMBATE A LAS  
DESIGUALDADES SOCIALES*

Priscila Cristina Freitas<sup>1</sup>

Lizyane Francisca Silva dos Santos Locatelli<sup>2</sup>

Juliana Alves Bezerra de Andrade<sup>3</sup>

Recebido em: 01 Mar. 2024 | Aceito em: 30 Abr. 2026

Correspondência: Priscila Cristina Freitas (fpriscila3@gmail.com)

### Resumo

O presente artigo tem como objetivo central aprofundar o debate acerca da cultura digital como um direito de todos, refletindo a partir das perspectivas teóricas dos estudos culturais, da mídia-educação, educação em direitos humanos e antirracista, que auxiliam e problematizam os desafios contemporâneos relacionados à emancipação do cidadão e sua formação no contexto atual. A partir de um estudo teórico realizado em uma disciplina de um programa de pós-graduação em Educação, traz-se algumas reflexões sobre a necessidade de uma educação em direitos humanos, com igualdade de oportunidades no mundo midiático e algumas pistas no que se refere à democracia. Aborda-se o mito da democracia racial, a qual está alicerçada na minimização ou na invisibilização da importância do racismo para as questões dos direitos humanos e da justiça social, ocasionando dificuldades e desafios para que mulheres e homens negros desfrutem dos princípios fundamentais da igualdade de direitos e oportunidades na sociedade brasileira. Diante desta realidade, compreende-se que a educação e as práticas de mídia educação podem servir de arena política para o fomento de tais discussões e mudanças do cenário atual. Sendo as mídias uma das responsáveis por mobilizar arranjos de produções coletivas, por mediar comunicações e instaurar ações, defende-se uma educação sobre as mídias em uma perspectiva crítica-reflexiva, metodológica-instrumental, produtiva-expressiva, de modo a contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e comprometidos com promoção da mudança que tanto se deseja para a sociedade.

**Palavras-chave:** Educação; direito de todos; cultura digital; cidadania; desigualdades.

<sup>1</sup> Doutoranda PPGE/UFSC, membro do grupo de pesquisa Núcleo Infância, Comunicação, Cultura e Arte (NICA/UFSC/ CNPq).

<sup>2</sup> Doutoranda PPGE/UFSC, membro do grupo de pesquisa Núcleo Infância, Comunicação, Cultura e Arte (NICA/UFSC/ CNPq), professora da Rede Municipal de Educação de Florianópolis/SC.

<sup>3</sup> Doutoranda PPGE/UFSC, membro do grupo de pesquisa Núcleo Infância, Comunicação, Cultura e Arte (NICA/UFSC/ CNPq) professora da Rede Municipal de Educação de Florianópolis/SC.



2026 Freitas; Locatelli; Andrade. Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição Não Comercial-Compartilha Igual (CC BY-NC- 4.0), que permite uso, 123distribuição e reprodução para fins não comerciais, com a citação dos autores e da fonte original e sob a mesma licença.

## Resumen

El principal objetivo de este artículo es profundizar el debate sobre la cultura digital como un derecho para todos, reflexionando desde las perspectivas teóricas de los estudios culturales, la educación en medios, los derechos humanos y la educación antirracista, que ayudan y problematizan los desafíos contemporáneos relacionados con la emancipación de los ciudadanos y su formación en el contexto actual. A partir de un estudio teórico realizado en una disciplina de un posgrado en Educación, traemos algunas reflexiones sobre la necesidad de una educación en derechos humanos, con igualdad de oportunidades en el mundo mediático y algunas pistas respecto de la democracia. Se aborda el mito de la democracia racial, que se basa en minimizar o invisibilizar la importancia del racismo en temas de derechos humanos y justicia social, provocando dificultades y desafíos para que las mujeres y hombres negros disfruten de los principios fundamentales de igualdad de derechos y oportunidades en Sociedad brasileña. Ante esta realidad, se entiende que las prácticas educativas y de educación mediática pueden servir como escenario político para fomentar tales discusiones y cambios en el escenario actual. Siendo los medios uno de los responsables de movilizar arreglos productivos colectivos, de mediar las comunicaciones e instituir acciones, se propugna una educación sobre los medios desde una perspectiva crítico-reflexiva, metodológica-instrumental, productiva-expresiva, para contribuir a la formación de ciudadanos más concienciados y comprometidos con impulsar el cambio tan deseado por la sociedad.

**Palabras Clave:** Educación; derechos de todos; cultura digital; ciudadanía; desigualdades.

## O mito da democracia racial e a igualdade de direitos

A desigualdade social é um problema histórico e significativo no Brasil. Resultado de um longo processo de “colonização” europeia sob os povos originários que aqui habitavam e da escravização dos povos negros oriundos do continente africano. Por mais de trezentos anos estes foram explorados, mortos e violentados, e serviram como força de trabalho para os senhores feudais, monarcas e burgueses acumularem capital.

Assim a população brasileira foi crescendo, o Brasil se tornou uma república, mas as marcas do passado mantiveram o cenário de muitas desigualdades sociais, principalmente as relacionadas à raça, cor e etnia. Os mais afortunados, repletos de privilégios - na sua maioria brancos - se mantiveram no poder, concentrando as riquezas, dominando as relações de mercado e políticas. Deixando assim muitas pessoas e grupos sociais à margem da sociedade, que muitas vezes, sem alternativas, precisam sujeitar seus corpos, vendendo sua força de trabalho a baixos salários a fim de tentar garantir sua subsistência.

Tais desigualdades podem ser demonstradas a partir dos dados do último censo demográfico realizado no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2022, no qual constatou que 31,6% da população vive em situação de pobreza e 5,9% em extrema pobreza. Considerando a população total de 203.080.756 pessoas - na época da pesquisa - 63.076.882 milhões de pessoas estão na linha da pobreza e 10.336.810 na extrema pobreza, demonstrando que o acesso a determinados direitos e serviços (educação, trabalho, moradia, saúde, alimentação, segurança) não acontece de maneira igualitária e democrática, uma vez que a falta de renda dificulta ou inviabiliza que determinados grupos os acessem.

Uma pesquisa publicada por estudiosos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), constatou que os grupos mais atingidos pelo aumento da pobreza social nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia por covid-19, foram os negros e moradores das regiões Norte e Nordeste. A taxa de pobreza social<sup>4</sup> entre os pretos, pardos e indígenas chegou a 38,9%, enquanto que entre os brancos, foi de 19,4% em 2021.

Outro dado importante do censo demográfico 2022, é que 20.656.458 milhões de pessoas se declararam pretas, 92.083.286 pardas e 1.227.642 se autodeclararam indígenas, o que somados, equivale a mais da metade da população total brasileira. Mesmo com tais números a

---

<sup>4</sup> Durante a pesquisa foi considerada linha de pobreza social a renda domiciliar de R\$502,07 per capita e linha de pobreza extrema com renda de R\$182,82 reais.

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 12, N. 1 - p. 277-293, jan. - ago. de 2026: "**Dossiê: Futuros interrompidos: juventudes, docência e o direito à educação em disputa**". – DOI: 10.12957/riae.2026.82469

desigualdade racial permanece como um problema estrutural no Brasil, profundamente enraizado nas relações sociais, econômicas e culturais do país, manifestando-se de diversas formas e afetando significativamente a vida das pessoas negras, dos povos originários e das classes sociais economicamente menos favorecidas.

Normalmente, os tratamentos dados a esta população são injustos e racistas, e os empurram para situações de vulnerabilidade, como neste relato “continuamos marginalizados na sociedade brasileira, que nos discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego e à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e à moradia decente” (Santos, 1984, p. 60).

Diante deste cenário cruel de constituição do país, o combate às desigualdades existentes requer a construção de políticas públicas eficazes por parte do governo que visem melhorar a vida de seus cidadãos e garantir os direitos humanos “sem quaisquer distinções de sexo, nacionalidade, etnia, cor da pele, faixa etária, meio socioeconômico, profissão, condição de saúde física e mental, opinião política, religião, nível de instrução e julgamento moral” (Benevides, 2007, p.3), uma vez que a desigualdade social agrava os quadros de violência e criminalidade.

Para a implementação destas políticas públicas são necessários maiores investimentos em educação, saúde, moradia, segurança, infraestrutura e distribuição mais equitativa de recursos para reduzir as disparidades sociais e econômicas no país, e isso perpassa a conscientização social e tomada de consciência da luta por melhorias coletivas, que através do voto eleger democraticamente seus representantes, os quais têm a possibilidade de aprovar leis e viabilizar recursos para as demandas da população.

Esta tomada de consciência se dá através do conhecimento e da informação, não só em relação à política, mas às demais temáticas que pairam em uma sociedade, como exemplo a questão do racismo.

Há muitos autores renomados que escreveram extensivamente sobre o racismo e suas ramificações sociais, culturais e políticas. Como Frantz Fanon conhecido por obras como "Pele Negra, Máscaras Brancas" e "Os Condenados da Terra", onde explora profundamente a psicologia do colonialismo e do racismo. Audre Lorde poeta, feminista e ativista afro-americana, seus ensaios em "Sister Outsider" e "A Luta Não Pode Ser Nossa Apenas" abordam questões de raça, gênero e sexualidade, desafiando as normas sociais e culturais dominantes. Bell Hooks: Autora e ativista feminista negra, cujas obras incluem "Feminismo É

Para Todo Mundo" e "Ensinando a Transgredir", ela examina interseccionalidade, opressão e resistência em relação ao racismo e outras formas de discriminação. Angela Davis: Ativista, acadêmica e autora de "Mulheres, Raça e Classe" e "A Liberdade É Uma Luta Constante", Davis examina as interseções entre raça, classe e gênero, destacando as lutas históricas e contemporâneas contra o racismo. Toni Morrison: Autora e ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura, seus romances, como "O Olho Mais Azul" e "Amada", exploram profundamente as experiências da comunidade afro-americana, revelando as complexidades do racismo e da identidade.

Diante de tamanha produção, cabe salientar que o racismo é uma forma de discriminação que se baseia na crença na superioridade de determinados grupos raciais sobre outros. Isso pode se manifestar de diversas maneiras, desde ações individuais até estruturas sociais e políticas que perpetuam desigualdades com base na raça. O racismo pode ocorrer em várias formas, como discriminação no emprego, educação, moradia, justiça criminal e acesso a serviços públicos.

Ele não se limita apenas a ações explícitas de ódio racial, mas também pode ser enraizado em sistemas e instituições que perpetuam desigualdades estruturais, inclusive no meio online. Combater o racismo requer um esforço coletivo para desafiar preconceitos, promover a igualdade de oportunidades e criar políticas que abordem as disparidades raciais de forma significativa. Isso envolve não apenas a conscientização e a educação, mas ações concretas para promover a justiça racial e a inclusão em todos os aspectos sociais.

Em "O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil", Sueli Carneiro apresenta uma análise profunda acerca da herança da escravidão no Brasil e da necessidade contínua de progredir em relação aos princípios democráticos. Neste artigo, Carneiro (2022) explora duas abordagens teóricas essenciais: o mito da democracia racial e a perspectiva da luta de classes.

A autora destaca que o Brasil ainda subsiste na crença ilusória do mito da democracia racial, a qual pressupõe que no país existe igualdade entre as pessoas independentemente da raça, minimizando, não-reconhecendo ou inviabilizando a importância do racismo para as questões dos direitos humanos, da justiça social e para a consolidação democrática.

Neste processo ignora-se as desigualdades existentes entre os diferentes segmentos sociais e como essas são produzidas por estigmas da raça, mantêm-se as diferenças inter-raciais fora da arena política, permitindo que a visão da democracia e cidadania gire em

torno das necessidades e interesses das populações brancas, consolidando um sistema que tem se tornado cada vez mais perverso e atroz.

Um exemplo disso é a abordagem violenta e discriminatória pela qual muitas vezes a polícia interage com jovens negros, ressaltando a realidade do racismo ainda presente no país. Carneiro enfatiza que, em um ambiente marcado pelo racismo sistêmico, a polícia muitas vezes suspeita de um jovem negro antes mesmo de qualquer interação, demonstrando como as noções de raça são profundamente enraizadas na sociedade brasileira.

O racismo e o sexismo recrudescem na sociedade brasileira. A “licença para matar” que o fascismo emergente em nossa sociedade autoriza tem por alvo prioritário a negritude, desafiando os defensores de direitos humanos a redobrar os seus esforços na contenção dessa crescente violência racial que atinge de maneira especial as mulheres negras e jovens negros. Em nenhum outro momento do pós abolição, o projeto de extermínio da racialidade indesejada se tornou tão evidente no Brasil (grifos nossos) (Carneiro, 2022, p.22).

No centro de Florianópolis/SC, em uma área privilegiada, uma barbearia cujo proprietário é um jovem negro, torna-se alvo recorrente de discriminação racial. Relatos confirmam que em diversas ocasiões, a polícia fechou o estabelecimento, obrigando todos a saírem, além de solicitar propina ao jovem proprietário. Ainda que registros de queixa formal fossem registrados à delegacia, as abordagens discriminatórias continuavam, acompanhadas de violência.

Tais incidentes acontecem frequentemente nas abordagens policiais nas comunidades periféricas em diversas cidades do país, locais vistos preconceituosamente como “violentos”, quando na verdade são espaços onde as políticas públicas não chegam ou acontecem de forma precarizada. Como Carneiro ressalta, “com racismo e sexismo não há democracia, e o segundo direito humano violado dos negros nessa democracia de baixa intensidade em que vivemos é o direito de ir e vir.” (Carneiro, 2022, p.18).

Dessa forma, Carneiro (2022) lança luz sobre a interseção entre a herança da escravidão, a persistência do mito da democracia racial e a urgência de enfrentar questões raciais de maneira mais abrangente, visando construir uma democracia igualitária no Brasil. A escritora apresenta diversos aspectos cruciais relacionados à prática democrática, ressaltando que todos os indivíduos possuem direitos fundamentais: direito à vida, à liberdade de deslocamento, aos aspectos econômicos, sociais e culturais, bem como à participação política.

Tais reflexões têm iniciado um movimento acerca da maneira como a sociedade brasileira lida com a discriminação racial e suas consequências. Sueli Carneiro menciona a importância da criação da data de 21 de março, a qual é reconhecida internacionalmente como *Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 12, N. 1 - p. 277-293, jan. - ago. de 2026: "Dossiê: Futuros interrompidos: juventudes, docência e o direito à educação em disputa". – DOI: 10.12957/riae.2026.82469*

o Dia pela Eliminação da Discriminação Racial, que serve como ponto de partida para estimular debates que permeiam a sociedade brasileira, conscientizando-a sobre o impacto das questões raciais.

Reconhecer as diferenças é urgente, como bem destaca o antropólogo Néstor García Canclini em seu livro intitulado “Diferentes, Desiguais e Desconectados”, cujo foco do trabalho é na pós-modernidade e na cultura a partir do ponto de vista latino-americano, enfatiza várias temáticas importantes para pensarmos sobre os diferentes sujeitos que estão inseridos na sociedade. Canclini, menciona que “é uma questão teórica e é um dilema-chave nas políticas sociais e culturais. Não só como reconhecer as diferenças, como corrigir as desigualdades e como conectar as maiorias às redes globalizadas” (Canclini, 2009, p. 16).

O autor destaca a necessidade de discutir não apenas o reconhecimento das diferenças, mas também a importância de analisar a fundo as desigualdades estruturais e a integração inclusiva em um mundo cada vez mais globalizado. Essa é uma tarefa complexa que exige políticas abrangentes e um compromisso contínuo com a justiça social e a igualdade.

E quais alternativas têm-se para corrigir tamanhas desigualdades? E possibilitar o acesso aos direitos humanos?

### **Mídia educação e o indispensável papel da educação para a cidadania**

Embora a educação não deva ser a única responsável pela complexa tarefa de corrigir as desigualdades, ela é considerada uma aliada poderosa na garantia dos direitos humanos. Sua importância reside na capacidade de romper ciclos que alimentam a disparidade social, como a pobreza e a desinformação, uma vez que “é consenso que a educação é o caminho de prevenção das violações dos direitos humanos” (Lapa; Coelho, 2021).

Assim, a educação em direitos humanos é vista como uma "prática de liberdade", e não como um depósito de saber técnico e cultural para estudantes passivos. Segundo Freire (2022), esse modelo educacional deve rejeitar a simples reprodução de valores culturais específicos, priorizando a libertação em vez da passividade.

Portanto, saber onde e como obter as informações e ter acesso à educação é libertador. Ao longo do tempo, e ainda nos dias atuais, as comunidades periféricas têm sido frequentemente retratadas de maneira negativa pelos meios de comunicação. Romper com esse estigma é um desafio, mas algumas iniciativas notáveis têm ganhado destaque, como a

que está ocorrendo na comunidade do Monte Serrat, localizada na cidade de Florianópolis/SC no Maciço do Morro da Cruz intitulada: Turismo de Base Comunitária no Monte Serrat<sup>5</sup>.

Este projeto tem como objetivo conduzir pessoas a uma jornada pela história da comunidade, contada pelos próprios moradores. Nele um guia local e três anfitriões, recebem os turistas e realizam três tipos de caminhadas: negritude, lavadeiras e vistas. Além disso, a proposta envolve fornecedores de alimentação diretamente da comunidade, o que significa que a economia local é fortalecida e gira em torno dos próprios habitantes.

A essência do turismo de base comunitária no Monte Serrat vai além de apresentar apenas as belezas naturais ou aspectos da comunidade invisibilizados pela falta de olhar do poder público. Ele vai fundo, mostrando aos turistas uma comunidade viva, repleta de desafios, mas também repleta de potencialidades. Os moradores locais não são apenas participantes, mas protagonistas desta narrativa, compartilhando suas experiências, conhecimentos e, acima de tudo, a riqueza de sua cultura.

Ao escolher esse modelo de turismo, os visitantes não apenas exploram novos lugares, mas também se envolvem em um processo educativo e transformador. Eles têm a oportunidade de compreender as realidades, desafios e conquistas enfrentados pela comunidade, desfazendo estereótipos preconcebidos.

Assim, o turismo de base comunitária no Monte Serrat não apenas proporciona uma experiência turística autêntica, mas contribui para o empoderamento econômico da comunidade, dando visibilidade às suas causas nas redes e contribui para desconstruir estigmas injustos, uma vez que as mídias são ambientes informacionais que moldam nossa visão do mundo e a própria sociedade.

Deste modo, em um ambiente cada vez tomado pela cultura digital, a informação e educação são as chaves que libertam as comunidades periféricas da marginalização, permitindo que sua verdadeira essência brilhe e seja reconhecida por todos. Essa iniciativa exemplar demonstra que, ao conhecer e compreender, constroem-se pontes de entendimento e respeito, promovendo uma sociedade mais preparada para lidar com as diversidades e pronta para enfrentar as injustiças e violências.

Aí está a potência da educação, que possibilita às pessoas transformar a realidade enquanto vivem o processo. Permite que pensem e acessem as informações de forma

---

<sup>5</sup> Conheça um pouco mais deste coletivo preto: <https://vivamonteserrat.com.br/>  
*Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 12, N. 1 - p. 277-293, jan. - ago. de 2026: "Dossiê: Futuros interrompidos: juventudes, docência e o direito à educação em disputa". – DOI: 10.12957/riae.2026.82469*

reflexiva, e que tenham opções de escolha sobre si e sobre o mundo, possibilitando maior probabilidade de participação cidadã.

Nessa perspectiva, fomenta-se uma educação em direitos humanos, que ofereça

(...) formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Isso significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas. (Benevides, 2007, p.1)

Em “Escola e internet: espaços de formação para a cidadania” as autoras Andrea Brandão Lapa e Isabel Colucci Coelho, por meio de uma abordagem crítica, tecem uma reflexão teórica de uma escola conectada com o mundo com base na educação em direitos humanos. Compreendendo que a educação é um direito básico, as autoras reconhecem a educação como espaço de empoderamento dos sujeitos por meio de “uma formação para a cidadania comprometida, ativa e engajada com o contexto da vida cotidiana desses sujeitos” (Lapa; Coelho, 2021, p. 5)

Precisa-se garantir que a escola permaneça como esse lugar que assegure a socialização dos conhecimentos historicamente produzidos, sejam eles aplicáveis no mercado de trabalho ou não, que vá contra o caráter instrumental que tem-se dado para todos os espaços sociais, inclusive para a educação. A escola ainda é um dos únicos locais em nossa sociedade que dá o acesso a um conhecimento que não é utilitarista.

Jorge Larrosa, em seu texto "Impedir que o mundo se desfaça" defende que a escola está aí para que as crianças e os jovens se interessem pelo mundo, para que cuidem dele e o renovem, não o transformem, mas o salvem. Segundo o autor, “salvar o mundo é inacabá-lo, saber que a conservação do mundo implica aceitar o seu radical acabamento.” (Larrosa, p.82, 2021).

Este texto instiga professores a convidar crianças e jovens para que confirmem valores que estejam acima do mero prazer ou da simples utilidade. Por esse motivo a defesa da escola é uma questão pública e garantir o direito ao tempo de usufruto do conhecimento pelo conhecimento, é urgente e necessário.

Os espaços educativos não existem (somente) para a manutenção da vida ou da sociedade, mas, sobretudo, para manter ou sustentar o mundo, transformando “as coisas em maravilhas, em coisas às quais vale a pena prestar atenção e das quais vale a pena cuidar, nas quais vale a pena demorar-se” (Larrosa, p.88, 2021). Sendo a escola um destes espaços sociais

que garante tanto o exercício da cidadania quanto um tempo de apreciação do mundo, volta-se “como um refúgio para as crianças: um refúgio no qual as crianças não sejam instrumentalizadas” (Larrosa, p.100, 2021), ou seja, um refúgio que leva dignidade e não utilidade aos estudantes.

Diante deste papel social tão importante, a educação ofertada nas escolas precisa colaborar no enfrentamento das desigualdades sociais e tem como possibilidade nesta tarefa uma educação sobre as mídias, como a proposta por Buckingham (2022), em seu manifesto pela educação midiática, nele o autor sugere que essa educação aconteça de forma crítica-reflexiva, que eduque para a cidadania, que empodere os sujeitos a ponto deles mesmos enquanto usuários “maximizem os benefícios enquanto reduzem os riscos” (Buckingham, 2022, p.57) presentes nesses novos artefatos.

(...) é preciso compreender essas mídias em diversos níveis. Podemos vê-las segundo a perspectiva de seus usuários, como serviços e produtos usados para a comunicação, entretenimento e aprendizado. Mas, também é preciso vê-las na perspectiva de seus produtores ou proprietários, como serviços que geram lucro comercial. Temos de examinar as práticas – isto é, o que usuários e produtores estão fazendo, como e por que o fazem. Também temos de examinar o conteúdo efetivo que eles criam, compartilham e consomem. Não importa quem está envolvido. Para entender a mídia, já não temos de ver a mídia de “massa” ou os produtos de grandes empresas, mas também o que nós, como indivíduos, criamos e produzimos, e como usamos a mídia para nos comunicar. (Buckingham, 2022, p.29).

Com a educação com, para e através das mídias, busca-se a criação, criticidade e autoria, usuários que deixem de ser apenas consumidores de informações e tenham responsabilidade ao produzir e compartilhar conteúdos. Pessoas que aprendam a enxergar o mundo sob múltiplas perspectivas, reconhecendo iniquidades e violações dos direitos, e compreendam sobre as desigualdades existentes e quem se beneficia com elas, relativizando as relações entre meios de comunicação, informação e poder.

Em uma sociedade cada dia mais moldada pela informação e seus ambientes de redes virtuais com suas novas habilidades cognitivas e comunicativas, o direito à palavra e à escuta públicas passa inevitavelmente hoje pelas transformações tecnoculturais da comunicação que estão possibilitando aos indivíduos e às coletividades majoritárias inserir suas culturas cotidianas orais, visuais e sonoras nas novas linguagens e nas novas escrituras (Martín-Barbero, 2014, p.143)

Assim, é preciso ofertar aos indivíduos que se “apropriem das tecnologias para tornar os ambientes informacionais acessíveis e plurais, abertos à diversidade de vozes, temáticas e realidades” (Ferreira; Machado, 2023, p.2), e através de uma participação qualificada nos ambientes comunicacionais rompam com os discursos que perpetuam preconceitos, estereótipos, fake news, discursos de ódio e outras violações de direitos os quais contribuem

para espalhar informações falsas, manter privilégios e estruturas injustas, não mais condizentes aos novos tempos.

Compreender o funcionamento e as características da cultura digital é fundamental para confrontar o obscurantismo dos discursos hegemônicos, possibilitando a emancipação de usuários e cidadãos. Como observa André Lemos (2021, p. 42), esta é uma questão central: "não se trata tanto do que é mostrado, mas do que se produz como velado". Na dinâmica da captura de dados, gera-se um excesso de informações que nem sempre se traduz em conhecimento efetivo. Nesse cenário, a sociedade carece, primordialmente, de sabedoria, definida pelo autor como a capacidade de "produzir formas de adaptabilidade da vida às diversidades, seria não ficar refém de nenhum dado, de nenhuma informação ou conhecimento muito particular" (Lemos, 2021, p. 30).

Assim, o desafio contemporâneo da cultura digital reside em articular conhecimentos de forma não linear, mantendo uma vigilância constante sobre o racismo estrutural e histórico para evitar sua reprodução automática. Nesse contexto, a mídia-educação, sob a perspectiva crítica defendida neste estudo, surge como um caminho para romper com a homogeneidade e o eurocentrismo, desconstruindo estereótipos e vieses. Para tanto, é fundamental compreender os dados e seus bancos de armazenamento como objetos sociais e políticos que representam interesses específicos e, portanto, devem ser permanentemente questionados.

Estes são alguns dos propósitos do uso das mídias no combate às desigualdades e na garantia dos direitos humanos, aprender a usar o universo de possibilidades que os artefatos tecnológicos nos oferecem para se fazer ver e ouvir. Por meio de posturas éticas, responsáveis e críticas na defesa de bandeiras que favoreçam o bem comum e a coletividade, tornando o espaço midiático mais democrático e comprometido com a justiça social.

Como exemplo do uso das mídias no combate ao racismo, pode-se destacar o movimento "Black Lives Matter" que aconteceu nos Estados Unidos, traduzido para o português como "Vidas Negras Importam", tal movimento começou em 2013, através das redes sociais, com a hashtag #BlackLivesMatter, por causa da morte de um jovem negro. Trayvon Martin, 17 anos, morreu após ser baleado por um policial branco. Esse movimento resultou em diversos protestos e mais recentemente chamou a atenção e incentivou a condenação de um policial americano que assassinou George Floyd em 2020 durante uma abordagem policial violenta e desproporcional.

Outro exemplo, agora no Brasil, é a campanha “Vidas Negras”, pelo fim da violência e do racismo contra a juventude negra no Brasil, apoiada por diversas atrizes e atores, o site<sup>6</sup> oferece variados materiais para fins de compartilhamento e conscientização, com o objetivo de chamar a atenção e sensibilizar para os impactos do racismo na restrição da cidadania de pessoas negras. Atores e influenciadores estratégicos contribuem na produção e no apoio de ações de enfrentamento a discriminação e violência.

Tais exemplos evidenciam possibilidades do uso das mídias no combate às desigualdades, e de como é fundamental pensar de forma crítica e construtiva a mídia educação, refletindo acerca da lógica do consumo, do racismo algorítmico, das fake news e de outras dimensões que perpassam a cultura híbrida (Castells, 2008). Identificar os mecanismos de colonização desse espaço midiático para ir na contramão deles é a chave para que a cultura digital e a educação midiática sejam de fato um direito de todos.

Para isso, considera-se a necessidade de formar professores para atuarem com as novas demandas da cultura digital na educação, tanto na formação inicial quanto na continuada.

Maria Belloni (2012) afirma que, na perspectiva da mídia-educação, os professores têm como um dos desafios ressignificar os métodos didático-pedagógicos, pois mais do que conhecer as mídias e saber usá-las como ferramenta de ensino e aprendizagem, é preciso buscar uma apropriação consciente, crítica e criativa desses meios, que inclua docentes e discentes numa construção coletiva de saberes.

Entretanto, a formação dos profissionais docentes com vistas a enriquecer seus repertórios de ações e ampliar suas reflexões sobre o mundo apresenta tanto desafios quanto possibilidades.

Levar para dentro da sala de aula as mídias e suas mensagens; considerá-las como fatores de integração escolar e curricular; provocar interação entre disciplinas e metodologias, entre alunos e professores; estimular a motivação e o interesse dos alunos; desafiar os professores a se apropriarem dessas novas ferramentas. (Belloni, 2012, p. 53)

Nesse sentido, a apropriação das mídias não deve ser apenas um projeto individual de alguns professores, visto que quando toda uma cultura é transformada, não se trata de uma ação isolada. Para tanto, a formação continuada de professores se torna um espaço possível e viável de transformações, com a apropriação das mídias em amplitude.

---

<sup>6</sup> Link do site da campanha: <https://vidasnegras.nacoesunidas.org/>

Em igual medida, fortalecer/equipar as instituições de educação públicas, independentemente de onde estejam localizadas, haja vista que tais espaços formais de educação servem para o encontro das trajetórias socioculturais das maiorias e, portanto, “é nela (escola) que se produz a mais ampla e permanente transformação da cotidianidade social e cultural cujos protagonistas são os excluídos.” (Martín-Barbero, 2014, pg. 11). Deste modo, a escola deve ser sempre o espaço de democratização do conhecimento, de comunicação, de transformação da sociedade, pois “a comunicação também é, em si, um direito humano fundamental. Temos o direito de acessar informações de qualidade para aprender, pensar de forma independente e tomar decisões que afetam nossa vida pública e privada”(Ferreira; Machado, 2023, p.2), visto que as estruturas sociais estão aí, mas não são determinantes, a escola tem que ser um espaço de esperar e arena social para que os sujeitos incorporem e exercitem a cidadania, por meio do pensamento crítico e reflexivo.

A escola está em constante transformação, bem como os sujeitos que a constituem, seja criando ou até mesmo inventando novas possibilidades de se apropriar dos conhecimentos. A proposta é priorizar o ato de pensar em detrimento da imitação (Kohan, 2015). Nesse sentido, a invenção é necessária pois “imitar pode significar reproduzir a estrutura de dominação e extermínio que vem prevalecendo durante séculos” (p. 77). Ao exercitar o pensamento para gerar novos significados, rompe-se com a passividade repetitiva. Esse enfoque alinha-se aos preceitos da mídia educação, que fomenta a autoria e a cultura crítica como caminhos para a formação cidadã.

Pensar não é simplesmente dominar habilidades, técnicas, ferramentas de pensamento. Pensar é ser sensível a uma terra e ao seu povo. (...) Faz-se necessário viver a verdade com aqueles que habitam esta terra. É preciso fazer escola nas escolas. (Kohan, 2015, p. 77)

O caminho a seguir consiste em ampliar os estudos de mídia educação em todas as esferas sociais, permitindo que os sujeitos se expressem por meio de múltiplas linguagens. Esse processo deve valorizar as origens, ancestralidades, trajetórias e condições de subsistência de cada indivíduo, reafirmando sua cultura. Afinal, como afirma o autor “não há como separar a vida da escrita” (2015, p. 17). Por essa razão, o consumo de narrativas digitais produzidas pelos próprios sujeitos torna-se fundamental: escrevem-se novas histórias não para transmitir o que já é sabido, mas para transformar o conhecimento. Assim, torna-se possível projetar um mundo melhor por meio do uso consciente e crítico das mídias na cultura digital.

Assim, a mídia educação alinha essa trama de pensamentos e inquietações acerca da democracia e cidadania, visto que estão intrinsecamente conectados. Por meio destas repensa-se o sistema educativo, de modo que os processos de aprendizagem não podem se desligar do exercício da cidadania. Compreende-se que a comunicação pode ser um lugar de oportunidades quando se abre a digitalização, permitindo uma linguagem comum e acessível a todos e ao criar um novo espaço público de cidadania.

Portanto, que não se perca de vista a leitura crítica do mundo, seja ele em forma de pixels ou ao vivo e a cores, agindo na contramão das grandes corporações globais que ameaçam as liberdades de informação e expressão dos indivíduos, orientando as ações na direção do mundo que se deseja criar. Buscar brechas para modificar a sociedade e nela escolher agir é a liberdade que se almeja, de acordo com a postura ativista da qual o presente artigo compactua.

### **Considerações finais**

A democracia pressupõe, primeiramente, o direito a ter direitos. Quando o primeiro direito a ser violado das racionalidades oprimidas e subalternizadas pelo racismo é o direito à vida (Carneiro, 2022) já não há democracia. Faz-se necessário que adentrem a arena política as pautas raciais e não apenas as lutas de classes para que as desigualdades sociais produzidas por raça não sejam invisibilizadas.

Ao destacar as desigualdades sociais e raciais persistentes no Brasil, e ao desafiar a ilusão do mito da democracia racial, se reconhece a urgência de enfrentar tais questões de maneira mais ampla e abrangente. A educação em direitos humanos desempenha um papel fundamental neste processo, capacitando os indivíduos a reivindicar seus direitos, reconhecendo iniquidades, violações e cessando a reprodução de discursos que perpetuam preconceitos.

Partindo deste pressuposto, elencou-se ao longo do texto uma série de argumentos com base em autores reconhecidos da área da educação, comunicação e mídia-educação acerca de como a educação em direitos humanos e antirracista, tendo como suporte as mídias, pois possibilitam a cidadania, o empoderamento dos indivíduos, envolvendo e trazendo para as pautas questões relativas a interseccionalidade dos sujeitos que habitam o espaço educacional e a necessidade de garantia dos seus direitos.

Acredita-se que não silenciar-se diante das crueldades que o mundo tem apresentado é a chave, bem como usar os silêncios para compor as palavras - tal qual nos diz o poeta dos despropósitos: “Queria que a minha voz tivesse um formato de canto. Porque eu não sou da informática: eu sou da invencionática. Só uso a palavra para compor meus silêncios.” (Barros, 2008). Deste modo, quando a escola adota uma postura desnaturalizada e política, ajuda os sujeitos a compreenderem e a reivindicar seus direitos. A usar as palavras para romper com os silêncios que os paralisam, impedindo-os de agir sobre a estrutura social que não legitima a pluralidade de vozes.

O racismo produz déficit democrático, impossibilitando a efetivação da experiência da cidadania para a maioria da população do Brasil. Em contrapartida, a educação enquanto espaço de conhecimento e empoderamento dos sujeitos, na qual pode utilizar como estratégia a mídia educação, contribui com a identificação e o rompimento das violações dos direitos humanos. Seja na formação inicial e continuada de professores, quanto nos currículos da educação básica, acredita-se na necessidade de ampliação dos estudos sobre mídia-educação de modo que seja comum incorporar os artefatos digitais às práticas educativas pedagógicas.

Essa não é uma luta contra o capitalismo, mas contra os efeitos dele. Na promoção de um pensar ético, político e construtivo acerca dos direitos de todos, de modo a propor que o que se produz e se compartilha nas mídias tenha uma leitura crítica e responsável sobre o mundo e sobre as pessoas que nele habitam, que o espaço digital auxilie a impedir o obscurantismo e ofereça possibilidades de emancipação do pensamento e da pluralidade de vozes rumo à sociedade mais democrática que tanto se almeja.

Fechar os olhos para as desigualdades sociais e de acesso aos meios midiáticos em áreas invisíveis para o poder público não é uma opção, faz-se necessário identificar os mecanismos de colonização do espaço digital para que se consiga ir na contramão deles.

Para tal, é fundamental investir em uma educação midiática que contribua para os direitos humanos, capacitando para participação dos cidadãos de forma responsável, ética, crítica e representativa nos ambientes informacionais, que garanta a liberdade de expressão sem distorções deste direito. Que o recebimento de informações verídicas e de qualidade, de modo que vieses e interesses presentes em mensagens específicas, não corroborem com a manutenção de “bolhas” informacionais, polarização e extremismo, aos quais infelizmente, apenas reforçam as desigualdades sociais.

## Referências

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 12, N. 1 - p. 277-293, jan. - ago. de 2026: **“Dossiê: Futuros interrompidos: juventudes, docência e o direito à educação em disputa”**. – DOI: 10.12957/riae.2026.82469

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARROS, Manoel de. **Memórias Inventadas**: as infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008.

BELLONI, Maria Luiza. Mídia-educação: contextos, histórias e interrogações. In: FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. **Cultura Digital e Escola**: Pesquisa e Formação de Professores. 1. ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 31–56.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos**: do que se trata? [S. l.]: Programa Ética e Cidadania, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9\\_benevides.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf). Acesso em: 25 jan. 2024.

BUCKINGHAM, David. **Manifesto pela educação midiática**. Tradução: José Ignacio Mendes. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2022.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CARNEIRO, Sueli. O legado da escravidão sobre a democracia existente no Brasil. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 18, jan./jun. 2022.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

FERREIRA, Bruno; MACHADO, Daniela. **5 contribuições da educação midiática aos direitos humanos**. 6. ed. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2023. E-book. Disponível em: [https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2023/11/finalBIBLIOTECA\\_EM-e-Direitos-humanos\\_ISBN-v3.pdf](https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2023/11/finalBIBLIOTECA_EM-e-Direitos-humanos_ISBN-v3.pdf). Acesso em: 5 fev. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

KOHAN, Walter Omar. **O mestre inventor**: relatos de um viajante educador. Tradução: Hélia Freitas. 1. ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. (Coleção Educação: Experiência e Sentido).

LAPA, Andrea; COELHO, Isabel. Escola e internet: espaços de formação para a cidadania. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 39, n. 3, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/72019>. Acesso em: 12 dez. 2023.

LARROSA, Jorge. Impedir que o mundo se desfaça. In: LARROSA, Jorge; RECHIA, Karen Christine; CUBAS, Caroline Jaques (org.). **Elogio do Professor**. Tradução: Fernando Coelho; Karen Christine Rechia; Caroline Jaques Cubas. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LEMOS, André. **A tecnologia não é um vírus: pandemia e cultura digital**. Porto Alegre: Sulina, 2021.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **A Comunicação na Educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

RIBEIRO, Djamila. **Manual antirracista**. São Paulo: Pólen, 2019.

SALATA, André; RIBEIRO, Marcelo Gomes. Pandemia, desigualdade e pobreza nas regiões metropolitanas brasileiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 38, n. 111, 2023.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3811025/2023>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.